
TERMO DE REFERÊNCIA 013/2018

Projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”

1. Vagas

Contratação de 01 consultor especialista em registro áudio visual (fotografia e filme) para participar de ações voltadas para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Andirá-Marau (AM/PA) da etnia Sateré-Mawé.

2. Contextualização da Instituição

O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas. É constituído por profissionais com formação e experiência qualificadas e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. Tem como marca de sua identidade e atuação direta em terras indígenas por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do estado na proteção e garantia dos seus direitos constitucionais.

O CTI atua em terras indígenas inseridas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui as seguintes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

3. O projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”

O Objetivo geral do projeto é promover a gestão territorial e ambiental sustentável em Terras Indígenas (TIs), contribuindo para a redução do desmatamento, por meio da: (i) implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas, e do PGTA das TIs Krikati e Governador, no Estado do Maranhão; e (ii) elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau, nos Estados do Pará e do Amazonas, e do PGTA da TI Nova Jacundá, no Estado do Pará, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O Projeto se dá no âmbito do apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES.

4. Contexto da elaboração do “Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau”

A elaboração do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Andirá-Marau busca dar continuidade ao processo de autodeterminação e independência econômica do povo Sateré-Mawé.

O objetivo deste projeto é realizar o etnomapeamento das micro-bacias-hidrográficas (Baixo, Médio e Alto rio Andirá; Baixo, Médio e Alto rio Marau; Urupadi; Manjuru; Miriti; Waicurapá) que compõem a TI Andirá-Marau, subsidiando as discussões com os Sateré-Mawé e buscando soluções de gestão ambiental e territorial para as pressões ambientais e fundiárias deste território.

A TI Andirá-Marau, segundo informações do CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – tem em torno de 100 aldeias, com população de 13.350 habitantes (07/2014) tendo sido homologada em 1984, com 788.528 há, situada nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM/PA), com áreas de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia (11%) e com a Floresta Nacional do Pau-Rosa (3%).

Até as primeiras décadas do século XX, os Sateré-Mawé escolhiam lugares preferencialmente nas regiões centrais da mata, próximos às nascentes dos rios, para implantarem seus sítios de família extensa. Nestas regiões, os mais velhos contam que a caça era abundante, encontravam grande quantidade de “filhos de guaraná” (*Paullinia cupana* variedade *sorbillis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha, bacaba, além do mel e da castanha, que

constituía sua dieta alimentar. Atualmente, na porção sul da TI Andirá-Marau ainda há áreas preservadas de floresta ombrófila densa essenciais à reprodução de sua vida tradicional.

A proliferação de aldeias às margens dos rios Marau e Andirá vem ocorrendo desde a metade do século XX, e deve-se às interferências das missões religiosas, do extinto SPI – Serviço de Proteção ao Índio, da Funai, dos regatões, das sucessivas epidemias, e mais recentemente dos partidos políticos e dos programas governamentais. Estes fatores levaram os Sateré-Mawé para a beira dos rios, ficando mais próximos do transporte para as cidades de Maués, Barreirinha e Parintins.

Paralelamente a este deslocamento do padrão de ocupação territorial tradicional, nos últimos 30 anos a população da TI Andirá-Marau triplicou. Este sensível crescimento demográfico foi responsável por desmatamentos, devido à abertura de aldeias e roças, ocasionando pressão sobre os estoques de caça e pesca, trazendo preocupação com relação à segurança alimentar das famílias que dependem da conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Além da problemática do desmatamento, a face nordeste da TI Andirá-Marau vem sofrendo pressões devido à expansão de frentes agropastoris, com a instalação de serrarias ilegais e a extração de madeira.

Os *tuxauas* Sateré-Mawé (chefes políticos) atentos às pressões fundiárias na bacia do rio Tapajós, estão mobilizados em verificar a situação das fronteiras durante as expedições para elaboração do PGTA, principalmente na porção sul do território, área de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Pau-Rosa.

Outro eixo a ser trabalhado pelo projeto relaciona-se com a produção do waraná (guaraná – *Paullinia cupana variedade sorbillis*), sendo necessário avaliar a necessidade de expansão e limpeza dos guaranazias, debatendo o manejo sustentável dessa espécie, bem como os cuidados para a permanência dos “filhos de guaraná” nas matas altas deste território. Os Sateré-Mawé se auto identificam como filhos do *waraná*, e reiteram este mito de origem no ritual do *çapó* (bebida cotidiana e cerimonial). Entre os produtos que comercializam o *waraná* alcança o melhor preço no mercado regional e internacional (dentro do contexto de “comércio justo e solidário”), incentivando o crescimento do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé - CPSM.

5. Objetivos da consultoria

Realizar formação dos agentes ambientais Sateré-Mawé em técnicas audiovisuais para habilitá-los a documentarem as expedições de etnomapeamento, visando a elaboração de

diagnósticos das questões ambientais e das pressões externas da TI Andirá-Marau para redação do PGTA.

Participar de uma das expedições de etnomapeamento com intuito de auxiliar os agentes ambientais em situações de campo, visando o aprimoramento de suas documentações audiovisuais.

Edição de um áudio visual resumindo o processo de trabalho para elaboração do PGTA da TI Andirá-Marau, um dos produtos finais do projeto.

Colaborar na formação do uso de GPS pelos agentes ambientais nos cursos de formação nos rios Marau e Andirá.

6. Atividades a serem desenvolvidas para elaboração do PGTA

São previstos dois anos de trabalho para realização das atividades do projeto, registradas no quadro seguinte.

Atividade	Período previsto
1. Dois (02) cursos de formação de agentes ambientais indígenas, um no rio Andirá e outro no rio Marau.	20 dias
2. Dez (10) expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias).	Cada expedição varia de 15 a 30 dias
3. Oficinas de trabalho para apresentação dos dados cartográficos para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental, realizada nos mesmos locais onde ocorreram os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas.	20 dias
4. Reuniões devolutivas para discussão dos indicadores de gestão ambiental e territorial da TI Andirá-Marau, nas sete (07) aldeias onde foram realizadas as reuniões de mobilização.	40 dias

5. Seminário para validação do PGTA na Assembleia do CGTSM.	03 dias
6. Edição final do caderno de mapas, do documento e filme do PGTA.	60 dias

A participação do especialista em registro audiovisual se dá nas seguintes atividades:

- Nos dois (02) cursos de formação dos agentes ambientais indígenas *, conjuntamente com a antropóloga especialista nos Sateré-Mawé, um especialista em meliponicultura, um especialista em fauna, um ictiólogo e um especialista em manejo de fogo.
- Em 01 das expedições de etnomapeamento das micro-bacias conjuntamente com os agentes ambientais indígenas, com os especialistas da equipe técnica do projeto, com os agricultores e caçadores Sateré-Mawé.
- Na edição de um audiovisual resumindo o processo de trabalho para elaboração do PGTA.

* Os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas já estão confirmados nos períodos de 02 a 08/04/2018 no rio Marau, e 23 a 29/04/2018 no rio Andirá.

7. Qualificações obrigatórias e habilidades

- Formação em audiovisual;
- Experiência de trabalho com povos indígenas e/ou populações tradicionais;
- Habilidades de trabalho em equipe e de conduzir relações interinstitucionais;
- Capacidade didática para formação de agentes ambientais indígenas;
- Disponibilidade para viagens de campo na TI Andirá-Marau (municípios de Maués, Parintins, Barreirinha, Itaituba e Aveiro).

8. Remuneração

Será feito um contrato com o consultor por atividade desenvolvida. A remuneração será realizada por atividade, mediante apresentação de nota fiscal válida.

Estimou-se valores diferenciados para as etapas da consultoria considerando as seguintes atividades: 02 cursos de formação, 01 expedição de etnomapeamento; edição de 01 audiovisual como produto final do projeto.

A remuneração por atividade inclui os seguintes produtos:

Produto	Porcentagem da remuneração
1) Plano de Trabalho contendo metodologia, cronograma e bibliografia preliminar.	20%
2) Relatório preliminar após cada atividade.	30%
3) Entrega e aprovação do relatório aprofundado.	50%

As despesas para a realização das atividades de campo serão custeadas pelo projeto.

9. Procedimentos para candidatura

- Envio de currículo e carta de apresentação com breve descrição da trajetória profissional, motivações de candidatura a vaga e contato de duas pessoas que possam dar referências profissionais (máximo de 02 páginas).
- A documentação deve ser enviada para o e-mail selecaocti@trabalhoindigenista.org.br com o título TR 013/2018

10. Prazos do processo seletivo

Envio dos currículos e carta de apresentação	08 a 12/03/2018
Divulgação dos selecionados para entrevista (apenas as pessoas selecionadas serão contatadas, via e-mail)	13/03/2018
Período das entrevistas	14 a 16/03/2018
Divulgação do resultado final do processo seletivo	19/03/2018